

Área de Transportes e Obras Públicas



ÍNDICE

PREFÁCIO	183
LINHAS DE ACCÇÃO GOVERNATIVA PARA 2020	185
1. PLANEAMENTO URBANÍSTICO	185
1.1. CONSULTA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRECTOR.....	185
1.2. RENOVAÇÃO URBANA.....	185
1.3. GESTÃO DE SOLOS.....	186
1.4. ÁGUAS TERRITORIAIS.....	186
1.5. INFORMAÇÃO CADASTRAL.....	186
2. CONSTRUÇÕES E INVESTIMENTOS DE DESENVOLVIMENTO	187
2.1. HABITAÇÃO PÚBLICA.....	187
2.2. QUARTA PONTE MACAU-TAIPA.....	187
2.3. ATERROS	188
2.4. METRO LIGEIRO.....	188
2.5. NOVO ACESSO ENTRE GUANGDONG E MACAU.....	189
2.6. COMPLEXO DE CUIDADOS DE SAÚDE DAS ILHAS.....	189
2.7. EDIFÍCIO DE ESPECIALIDADE DE SAÚDE PÚBLICA.....	190
2.8. NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL	190
2.9. EDIFÍCIO DO COMANDO DO CPSP E UNIDADE TÁCTICA DE INTERVENÇÃO POLICIAL	190
2.10. EDIFÍCIO DOS SERVIÇOS DE ALFÂNDEGA.....	190
2.11. TÚNEL DE KÁ-HÓ.....	190
2.12. OBRAS DE PREVENÇÃO DE INUNDAÇÕES.....	190
2.13. COMPORTA DO PORTO INTERIOR.....	191
2.14. OUTROS TRABALHOS.....	191
3. HABITAÇÃO.....	191
3.1. PLANEAMENTO DA OFERTA DE HABITAÇÃO PÚBLICA.....	191

3.2.	ATRIBUIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE HABITAÇÃO PÚBLICA	192
3.3.	ADMINISTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS	193
4.	TRANSPORTES.....	193
4.1.	CONTRATOS DOS AUTOCARROS	193
4.2.	AVIAÇÃO.....	194
4.3.	TERMINAIS MARÍTIMOS.....	194
4.4.	TÁXIS DE ALUGUER.....	194
4.5.	AUTO-SILOS E ESTACIONAMENTO	194
4.6.	REDES PEDONAIS.....	194
4.7.	METRO LIGEIRO.....	195
5.	PROTECÇÃO AMBIENTAL	196
5.1.	PLANEAMENTO.....	196
5.2.	RESÍDUOS SÓLIDOS.....	196
5.3.	ÁGUAS RESIDUAIS.....	197
5.4.	CONSERVAÇÃO ENERGÉTICA E RECICLAGEM DE RESÍDUOS ALIMENTARES..	197
5.5.	MELHORIA DA QUALIDADE DO AR.....	197
5.6.	RESPOSTA A FENÓMENOS METEOROLÓGICOS EXTREMOS.....	198
6.	GESTÃO DE FORNECIMENTO PÚBLICO.....	198
6.1.	FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE.....	198
6.2.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	199
6.3.	SERVIÇOS POSTAIS E TELECOMUNICAÇÕES.....	199
6.4.	GESTÃO DE REDES.....	199
6.5.	FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL	199
	CONCLUSÃO	200

PREFÁCIO

O desenvolvimento destas duas décadas foi veloz, surpreendente e garantiu uma melhoria da qualidade de vida da população. No entanto, trouxe também desafios que se vão multiplicando com o evoluir dos tempos e que exigem respostas eficientes e sustentáveis, de modo a não comprometer os frutos colhidos, garantindo antes que também as novas gerações beneficiarão de condições favoráveis ao seu crescimento individual e colectivo.

O quinto Governo da RAEM inicia funções na entrada desta terceira década da nossa Região, esperando-nos novas oportunidades e desafios. Na tutela dos Transportes e Obras Públicas encara-se esta nova Era com a confiança e a coragem de assumir as devidas responsabilidades e com a determinação de acompanhar o ritmo da mudança.

O novo Governo tem como prioridade dar resposta às grandes aspirações da população. E nesta tutela, cientes de que tem uma relação estreita e implicações directas na vida da população, assume-se o compromisso de estar ao serviço de todos, definindo políticas e implementando acções a pensar no bem-estar social e na melhoria efectiva da qualidade de vida, sem descuidar das necessidades e exigências do desenvolvimento no contexto regional em que estamos integrados.

Servir a população, responder às suas necessidades, ir ao encontro das suas expectativas e satisfazer sempre que possível as suas exigências vão, assim, pautar a acção governativa nesta área. Queremos envolver cada vez mais os residentes no processo de tomada de decisões, porque são eles que dão vida à cidade e é para eles que trabalhamos, e iremos, por isso, ter em conta as suas aspirações e opiniões que, combinadas com o conhecimento especializado nas diferentes áreas, permitirão alcançar soluções científicas, consensuais, duradouras e positivas.

Para responder ao impacto da situação epidémica da pneumonia causada pelo novo tipo de coronavírus, na área dos Transportes e Obras Públicas foi acelerada a promoção de vários projectos de obras públicas, sobretudo de instalações governamentais, infraestruturas de transporte e habitações públicas, que estão intimamente ligados ao desenvolvimento económico. Também será acelerada a aprovação de projectos do sector privado, procurando-se criar oportunidades de emprego para aumentar a procura interna, de modo a impulsionar a recuperação económica.

Estamos cientes das questões que mais preocupam a sociedade e das melhorias que são necessárias implementar. Dedicaremos, por isso, a nossa maior atenção e não pouparemos esforços para o reforço da oferta de habitação pública, melhoria do trânsito, promoção da protecção ambiental, como do planeamento urbano, da renovação urbana e da construção de infraestruturas e de instalações públicas.

Estamos abertos ao diálogo, procuraremos elevar a transparência e a eficiência dos trabalhos, mas o sucesso da acção governativa requer compromissos e parcerias. Contamos,

assim, com a colaboração de todos e trabalharemos para que as metas hoje traçadas possam ser cumpridas, com base num princípio de continuidade do trabalho previamente desenvolvido, mas também com a convicção de que estamos perante uma nova fase de desenvolvimento, que irá requerer uma adaptação constante das políticas e acções governativas.

LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 2020

1. PLANEAMENTO URBANÍSTICO

1.1. CONSULTA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRECTOR

Na área dos Transportes e Obras Públicas, a elaboração do Plano Director de Macau tem sido um trabalho desenvolvido de forma permanente, tendo a entidade responsável pelo estudo elaborado planos de divisão de zonas e planeamento dos terrenos em função das capacidades de desenvolvimento da cidade, com vista a proceder-se a uma organização razoável e a um aproveitamento adequado dos terrenos, fazendo com que o espaço da cidade possa ser estruturado de forma harmoniosa.

O projecto preliminar do Plano Director já está concluído. Após a auscultação dos serviços públicos e dos necessários ajustamentos, terá lugar, no corrente ano, uma consulta pública ao abrigo da Lei do Planeamento Urbanístico.

De acordo com as propostas preliminares sugeridas no referido projecto, as instituições administrativas e judiciais da RAEM deverão ser distribuídas e planeadas consoante as suas funções, e o seu espaço de funcionamento deve ser concentrado nos terrenos destinados para o efeito. Além disso, deverá proceder-se à definição, a longo prazo, dos terrenos aproveitáveis para fins comerciais para se constituir uma zona comercial. Esta definição será benéfica para o desenvolvimento a longo prazo de Macau, tendo em conta a política de posicionamento da cidade como “um Centro, uma Plataforma” e o desenvolvimento da economia a nível regional. Propõe-se ainda que a Zona B e os terrenos recuperados no Lago Nam Van sejam planeados de forma razoável, conforme as diversas funções e em conjugação com o sugerido no Plano Director.

No âmbito da quinta ligação Macau-Taipa, foi sucessivamente concluída a divulgação pública das três fases da avaliação do impacto ambiental da construção deste túnel, conforme o previsto nas leis nacionais. Presentemente, encontram-se em curso os preparativos e estudos temáticos respeitantes aos trabalhos preliminares de prospecção geotécnica e de medição e, após a sua conclusão, será dado início à realização dos trabalhos subsequentes, nomeadamente a elaboração do projecto de concepção preliminar.

1.2. RENOVAÇÃO URBANA

O relatório preliminar elaborado no âmbito dos Serviços de Consultoria para o Estudo da Renovação Urbana de Macau já foi entregue. Após a sua aprovação, será dado início à elaboração do relatório final, que será, posteriormente, submetido a consulta pública.

Com o objectivo de minimizar o impacto provocado pela situação epidémica da pneumonia causada pelo novo tipo de coronavírus no sector da construção civil, o Governo

da RAEM lançará o projecto «obras de embelezamento de bairros comunitários (renovação de fachadas)» para apoiar o sector e promover oportunidades de oferta de emprego. Este projecto visa principalmente renovar e pintar as fachadas dos edifícios de zonas comunitárias, de acordo com o seu estilo de construção e cor originais (com a excepção dos edifícios de valor cultural e arquitectónico localizados nas zonas objecto do projecto). A DSSOPT será responsável pela parte do projecto da zona antiga do Coloane, que abrange os edifícios nas imediações entre a Avenida de Cinco de Outubro, Rua do Meio, Largo do Estaleiro e o Largo do Presidente António Ramalho Eanes, enquanto o Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas ficará responsável pelo conjunto dos edifícios nas imediações da Rua de Sanches de Miranda, Rua de S. Miguel e da Calçada da Igreja de S. Lázaro, integrado na parte do projecto da zona comunitária São Lázaro.

1.3. GESTÃO DE SOLOS

A reserva de terrenos da RAEM abrange os terrenos dos Novos Aterros Urbanos, com uma área total de 3,5 km², os terrenos recuperados por declaração de caducidade da sua concessão e os terrenos recuperados que foram ilegalmente ocupados.

Até 25 de Março de 2020, o Governo da RAEM publicou sucessivamente, ao abrigo da Lei de Terras, 79 despachos de declaração da caducidade da concessão de terrenos que envolvem uma área total superior a 691 100 m², dos quais 39 lotes foram, por força da lei, recuperados com sucesso, com uma área total superior a 293 700 m². Existem três lotes de terrenos recuperados, num total de cerca de 6400 m², que foram reaproveitados para instalações públicas.

O Governo da RAEM está a tentar encontrar terrenos não aproveitados que sejam adequados para desenvolver campos desportivos ou parques de lazer, alargando, deste modo, o espaço para actividades da comunidade.

1.4. ÁGUAS TERRITORIAIS

Em cumprimento da Lei de bases de gestão das áreas marítimas, o Governo da RAEM irá iniciar os trabalhos de estudo e elaboração do zoneamento marítimo funcional e do plano das áreas marítimas, em consonância com o desenvolvimento dos trabalhos do Plano Director de Macau. A Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água empenhar-se-á no cumprimento das suas atribuições para promover a gestão e aproveitamento das áreas marítimas, procedendo primeiramente à elaboração da proposta de lei relativa à utilização das áreas marítimas e submetê-la ao processo legislativo.

1.5. INFORMAÇÃO CADASTRAL

Na área dos Transportes e Obras Públicas, será dada continuidade ao desenvolvimento dos recursos das informações geográficas da RAEM e da sua aplicação, no sentido de

efectuar na plataforma onde estão disponíveis estas informações uma articulação mais aprofundada dos dados geográficos relativos ao Governo, à sociedade, à economia, entre outros.

Aperfeiçoar-se-á o Sistema de Informação Geográfica de Canalizações Subterrâneas Urbanas, reforçando-se a cooperação com os serviços que exercem a competência de fiscalização, no sentido de aperfeiçoar os procedimentos de actualização dos dados das canalizações subterrâneas.

Será disponibilizado o acesso ao público da base dos programas de aplicação das informações geográficas, mediante pedido de utilização dos serviços de consulta do mapa online e das informações geográficas essenciais, disponíveis na Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro.

2. CONSTRUÇÕES E INVESTIMENTOS DE DESENVOLVIMENTO

2.1. HABITAÇÃO PÚBLICA

Continuam a ser promovidas as obras da habitação social da Avenida de Venceslau de Moraes, de Tamagnini Barbosa e de Mong-Há, que foram suspensas devido ao processo judicial.

Serão iniciadas as obras de fundações e de cave dos lotes B4, B9 e B10 da Zona A (com um total de 3011 fracções), destinados à habitação económica, bem como o processo de obtenção de propostas de construção do edifício de instalações públicas da Zona B6. Serão reiniciados os trabalhos de adjudicação dos projectos de habitação económica do lote B5.

As obras de terraplanagem da habitação pública da Avenida Wai Long vão ser concluídas, seguindo-se o processo de obtenção de propostas relativas aos projectos do edifício de instalações públicas, da primeira fase da habitação pública e das obras de infraestruturas. Serão também iniciados os trabalhos de adjudicação da concepção e obras para estabilização do talude.

2.2. QUARTA PONTE MACAU-TAIPA

A quarta ponte Macau-Taipa estabelecerá uma articulação entre a Zona A, a Zona E1 e a Zona de Administração na Ilha Artificial da Ponte Hong Kong–Zhuhai–Macau. A linha principal terá um comprimento de 3,1 quilómetros, dos quais cerca de 2,9 quilómetros fazem parte do troço sobre o mar, estando projectadas oito faixas de rodagem nos dois sentidos, sendo que as duas do meio servirão como faixas exclusivas para motociclos.

A adjudicação desta empreitada foi concluída em Outubro de 2019, aguardando-se, neste momento, a conclusão do processo judicial para se dar início à construção. Iniciar-se-ão, por fases, as obras da rede rodoviária circundante, aquando da construção desta ponte.

2.3. ATERROS

A Zona C dos Novos Aterros tem uma área de cerca de 320 000 m², na parte norte da Ilha da Taipa, na área marítima em frente à Avenida do Oceano, entre as pontes Sai Van e Governador Nobre de Carvalho. Devido às dificuldades do Interior da China no fornecimento de areia, as obras de aterro estão mais atrasadas do que o previsto.

2.4. METRO LIGEIRO

As obras iniciadas pelo então Gabinete para as Infraestruturas de Transportes (GIT) serão acompanhadas pelo Gabinete para o Desenvolvimento de Infraestruturas (GDI), que continuará a promover a construção do Metro Ligeiro de acordo com o programado.

Ligação Taipa-Macau

As obras na Ponte de Sai Van para a ligação da Linha da Taipa à península de Macau serão iniciadas em 2020. Estão em curso as obras da Estação da Barra, enquanto a empreitada do Centro Modal de Transportes da Barra se encontra na fase final.

Linha de Seac Pai Van

A Linha de Seac Pai Van terá um comprimento total de 1,6 quilómetros, abrangendo as estações do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas e da habitação pública de Seac Pai Van. Foi concluída a deslocação de tubagens subterrâneas no percurso da Linha, no traçado do Cotai, bem como as respectivas obras preliminares, designadamente a da estrutura da plataforma para mudança de linha.

Serão iniciados, em 2020, os restantes trabalhos de deslocação de tubagens subterrâneas, designadamente na Estrada de Seac Pai Van. Quanto às obras de construção das estruturas principais, estas serão iniciadas, após a análise e apreciação por parte de uma entidade independente, antes do concurso.

Linha da Ilha de Hengqin

A linha de extensão do Metro Ligeiro que liga o Posto Fronteiriço da Flor de Lótus e a Ilha de Hengqin, em Zhuhai, terá um comprimento total de 2,2 quilómetros, abrangendo duas estações, uma em Macau e outra na Ilha de Hengqin. De acordo com a decisão do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China relativa

à delegação de poderes na Região Administrativa Especial de Macau para o exercício de jurisdição na Zona do Posto Fronteiriço da Parte de Macau do Posto Fronteiriço Hengqin e nas suas zonas contíguas, já foi reservado o espaço para a estação que se estende até ao Posto Fronteiriço Hengqin.

A concepção preliminar da empreitada será concluída ainda este ano e a construção ficará a cargo de uma entidade do Interior da China.

2.5. NOVO ACESSO ENTRE GUANGDONG E MACAU

Mediante a cooperação Guangdong-Macau, foi escolhido o local onde estava sediado o antigo mercado abastecedor para a construção do novo acesso fronteiriço, que engloba o novo posto fronteiriço (de Qingmao), o acesso pedonal transfronteiriço e o reordenamento do Canal dos Patos.

As estruturas principais do lado de Macau do edifício do Posto Fronteiriço Qingmao, com uma área bruta de construção de 101 000 m², encontram-se concluídas, estando em curso as obras de acabamento e de instalação de equipamentos electromecânicos.

Quanto às estruturas principais do lado de Zhuhai, com uma área bruta de construção de 40 700 m², e o acesso transfronteiriço do Posto, de 24 000 m², prevê-se a sua conclusão em 2020, decorrendo negociações entre Macau e Guangdong sobre o orçamento desses empreendimentos.

A primeira fase das obras de reordenamento do Canal dos Patos, que tem como objectivo melhorar a qualidade e tirar o odor das águas daquela zona, será concluída este ano e, por conseguinte, a parte de Zhuhai dará início aos trabalhos da segunda fase.

2.6. COMPLEXO DE CUIDADOS DE SAÚDE DAS ILHAS

O empreendimento tem uma área bruta de construção de 420 000 m², sendo a tutela dos Transportes e Obras Públicas responsável pela execução das obras, em duas fases. A primeira fase foi iniciada após a recepção dos projectos devidamente apreciados e aprovados e dos respectivos processos de concurso prestados pela entidade utilizadora, abrangendo seis edifícios, nomeadamente o Instituto de Enfermagem, concluído em 2019, o Edifício Residencial para Trabalhadores, o Edifício do Laboratório Central, o Hospital Geral, o Edifício de Apoio Logístico e o Edifício de Administração e Multi-Serviços. Já a segunda fase inclui apenas a construção do Hospital de Reabilitação, sendo que a tutela dos Transportes e Obras Públicas dará início às obras, após a recepção dos respectivos projectos.

Serão promovidas as obras da estrutura principal dos edifícios do Hospital Geral, de Apoio Logístico e de Administração e Multi-Serviços, bem como as de superestruturas do Edifício Residencial para Trabalhadores.

As obras de construção do Edifício do Laboratório Central serão iniciadas após a conclusão do respectivo concurso.

2.7. EDIFÍCIO DE ESPECIALIDADE DE SAÚDE PÚBLICA

Em 2020, serão concluídas as obras de fundações. Quanto à construção das superestruturas, após a recepção dos projectos devidamente apreciados e aprovados e dos respectivos processos de concurso, a tutela dos Transportes e Obras Públicas irá enviá-los a uma entidade independente para análise e apreciação, antes do concurso.

2.8. NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL

A tutela dos Transportes e Obras Públicas é responsável pelas obras das três primeiras fases. A primeira fase inclui a construção de muros, infraestruturas e torre de vigilância, tendo sido concluída em 2015. A segunda fase, ou seja, a construção de oficinas e do edifício prisional, foi concluída, em 2019, estando em curso a terceira fase que abrange as instalações administrativas, prevendo-se a sua conclusão até ao final de 2021.

2.9. EDIFÍCIO DO COMANDO DO CPSP E UNIDADE TÁCTICA DE INTERVENÇÃO POLICIAL

O novo edifício do Comando do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) na Zona E1 tem uma área bruta de construção de 80 000 m². Foi concluída a elaboração dos respectivos projectos, que serão enviados, em 2020, a uma entidade independente para análise e apreciação, antes do concurso.

2.10. EDIFÍCIO DOS SERVIÇOS DE ALFÂNDEGA

Foi concluída a elaboração dos projectos do novo edifício dos Serviços de Alfândega, também situado na Zona E1, os quais serão enviados a uma entidade independente para análise e apreciação, antes do concurso.

2.11. TÚNEL DE KÁ-HÓ

Em 2019, foram concluídas as obras da estrutura principal do túnel e do arruamento do lado de Ká-Hó. Será promovida, em 2020, a obra do traçado da ligação com a zona Leste do Cotai, que abrange a construção de dois viadutos elevados com cerca de 400 metros de comprimento, quatro faixas de rodagem nos dois sentidos, bem como o reordenamento da rede viária adjacente.

2.12. OBRAS DE PREVENÇÃO DE INUNDAÇÕES

O Governo da RAEM irá promover os trabalhos relativos à prevenção e escoamento de inundações, que abrangem as zonas do Porto Exterior, Fai Chi Kei até à Ilha Verde, Praça de

Ponte e Horta e Lado Oeste de Coloane. Entre esses trabalhos, foi concluída a abertura das propostas respeitantes à empreitada das zonas do Fai Chi Kei até à Ilha Verde.

Foi concluído o reequipamento da central térmica que serve como ponto de origem do fornecimento de energia eléctrica de reserva do Interior da China a Macau.

Iniciar-se-ão os trabalhos de concepção dos tanques elevados de água, com 50 metros de altura, na Taipa Pequena e em Seac Pai Van.

2.13. COMPORTA DO PORTO INTERIOR

Foi realizada, em 2019, a divulgação pública das duas fases de avaliação do impacto ambiental, de acordo com as respectivas leis nacionais.

Foi submetida, pela terceira vez, à apreciação e aprovação do Governo Central a versão revista do Relatório do Estudo de Viabilidade da Comporta no Porto Interior, após pareceres emitidos pelas respectivas autoridades nacionais.

Em simultâneo, foram promovidos os trabalhos de concepção preliminar e de prospecção geotécnica.

2.14. OUTROS TRABALHOS

A tutela dos Transportes e Obras Públicas continua a promover as obras públicas já iniciadas, nomeadamente a construção de viadutos elevados e reordenamento da rede viária da Rotunda da Piscina Olímpica, a reparação e melhoria do túnel subaquático da Universidade de Macau, o arruamento na zona leste do reservatório de Seac Pai Van, o edifício da Administração no ZAPE, a superestrutura do edifício do Ministério Público, entre outros. Para além disso, atendendo ao impacto que a epidemia da pneumonia causada pelo novo tipo de coronavírus tem na sociedade de Macau, serão lançadas, de forma mais célere, as infraestruturas governamentais e de transportes que estão intimamente ligadas à vida da população, tais como a empreitada do viaduto elevado na Rotunda da Amizade, com o intuito de criar condições favoráveis para o aumento da procura interna e recuperação da economia.

3. HABITAÇÃO

3.1. PLANEAMENTO DA OFERTA DE HABITAÇÃO PÚBLICA

Entre os terrenos situados nos novos aterros da Zona A, 30 estão reservados para a construção de 28 000 fogos de habitação pública, tendo o Governo da RAEM concluído o processo de elaboração das plantas de condições urbanísticas, divulgação pública e envio dos respectivos projectos ao Conselho do Planeamento Urbanístico para parecer no que

se refere a 25 terrenos destinados à construção de habitação pública e 10 destinados à construção de instalações públicas (de educação, desporto, saúde, serviços sociais, entre outros).

Quanto aos lotes do terreno para o projecto de habitação pública na Avenida Wai Long, os estudos indicam que o desenvolvimento do projecto será feito por quatro fases, uma das quais destinada à construção de instalações e equipamentos públicos e três destinadas à construção de cerca de 6500 fogos de habitação pública.

3.2. ATRIBUIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE HABITAÇÃO PÚBLICA

Habitação Social

Relativamente ao concurso de habitação social aberto em 2017, até ao presente, foram concluídos os trabalhos de apreciação de cerca de 40% das candidaturas, tendo sido atribuídas fracções a aproximadamente 1400 agregados familiares habilitados. Encontrase concluído o trabalho de selecção de todos os agregados familiares com três ou mais elementos da lista de espera. Dado que os trabalhos de apreciação dependem do número de fracções disponíveis para atribuição, prevê-se que, até ao final deste ano, poderão ser atribuídas fracções a cerca de 1900 agregados familiares.

Cerca de 1000 fracções de habitação social encontram-se actualmente em obras de renovação e, após a sua conclusão, ainda este ano, proceder-se-á à respectiva atribuição, sendo que 30% são fracções T1.

Com a entrada em vigor, em 20 de Agosto do corrente ano, do Regime Jurídico da Habitação Social, a candidatura passará a ter natureza permanente, e o IH, antes da referida data, irá concluir os diversos trabalhos complementares, como a elaboração do regulamento administrativo complementar e o respectivo despacho, cujo conteúdo abrange os procedimentos e formas de candidatura, critério de atribuição, regras de pontuação, forma de cálculo da renda e limites de rendimento.

Após a implementação da candidatura de carácter permanente, será lançada a plataforma de serviços electrónicos para a candidatura a habitação social.

O Governo da RAEM continua a manter a isenção de pagamento das rendas de habitação social no corrente ano.

Habitação Económica

O IH irá concluir os trabalhos de emissão dos termos de autorização aos agregados familiares habilitados aos quais foram atribuídas as fracções do Edifício Fai Ieng, do Edifício Cheng Tou e do Edifício do Bairro da Ilha Verde, acompanhando, em seguida, os trabalhos relacionados com a celebração das respectivas escrituras públicas.

Terminado o período de candidatura para o novo concurso a habitação económica e o prazo de apresentação dos documentos em falta, o IH irá concluir este ano os trabalhos de apreciação preliminar, procedendo, em seguida, ao sorteio aleatório das candidaturas a habitação económica, no sentido de ser elaborada e publicada a lista com a ordenação dos candidatos.

A Lei da Habitação Económica ainda se encontra em apreciação, na especialidade, pela AL; o Governo da RAEM irá continuar a prestar a respectiva colaboração, esperando-se que a revisão esteja concluída o mais brevemente possível.

3.3. ADMINISTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS

Com o objectivo de incentivar os proprietários a cumprir as obrigações de reparação e inspecção das partes comuns dos edifícios, o IH irá auscultar as opiniões e sugestões da sociedade sobre a simplificação dos procedimentos de candidatura ao Fundo de Reparação Predial e sobre o aperfeiçoamento dos diversos planos financeiros, para definir os aspectos a serem revistos em cada um dos planos de apoio.

O IH irá realizar sessões de esclarecimento sobre o apoio financeiro para inspecção e reparação de edifícios nas diferentes zonas comunitárias, bem como workshops e actividades do «Dia de Promoção da Administração de Edifícios», pretendendo, por diversas formas e através dos meios de comunicação social, incentivar os proprietários a organizarem e constituírem as próprias administrações dos edifícios, assumindo, assim, as suas responsabilidades.

Durante este ano, serão recolhidas opiniões e sugestões do sector e da sociedade sobre a revisão da Lei da Actividade de Mediação Imobiliária, na parte respeitante ao cancelamento da licença e disposições sancionatórias, visando definir a orientação das políticas legislativas, otimizar a eficiência administrativa e promover a melhoria do funcionamento do sector.

4. TRANSPORTES

À luz da Política Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020), o Governo da RAEM conseguiu alcançar antecipadamente, em 2016, o controlo da percentagem de crescimento anual do número de veículos em menos de 3,5%, sendo que os trabalhos de gestão de veículos continuarão a ser reforçados.

Serão iniciados os trabalhos do Estudo do Planeamento Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2021-2030).

4.1. CONTRATOS DOS AUTOCARROS

As negociações com as duas operadoras de autocarros sobre os respectivos contratos de concessão estarão concluídas, em 2020.

4.2. AVIAÇÃO

No âmbito do Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau, foi submetido ao Governo Central o pedido de autorização da obra de aterro para a expansão do Aeroporto, sendo que, nas duas respostas anteriores, foi solicitada a realização de um estudo complementar e de um plano de aperfeiçoamento. O pedido foi submetido novamente, em 2019, para aprovação, tendo o Governo da RAEM e a Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau iniciado os trabalhos relacionados com o impacto ambiental e a concepção da obra de aterro.

Será iniciada a concepção e obras de transformação de parte das instalações do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa em instalações complementares do terminal de passageiros do aeroporto.

4.3. TERMINAIS MARÍTIMOS

Será concluída, em breve, a terceira fase das obras do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, que abrange a construção do edifício para combate a incêndios, cais de *fuel* emergente, equipamentos de depósito de combustíveis e sistema de reabastecimento de combustíveis, acesso VIP, acesso de articulação e transferência marítima/aérea, entre outros trabalhos.

Foram retomadas as ligações entre o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Interior e Wanchai, em 23 de Janeiro do corrente ano.

4.4. TÁXIS DE ALUGUER

Dar-se-á início aos trabalhos preparatórios para a criação do sistema de gestão de táxis.

Será promovido o Estudo de Qualidade do Serviço dos Táxis de Macau 2020.

4.5. AUTO-SILOS E ESTACIONAMENTO

Será criado o sistema de gestão inteligente de estacionamento público e os 1000 sensores de disponibilidade de lugares instalados nos parquímetros na primeira fase entraram em funcionamento, podendo os utilizadores consultar a disponibilidade de lugares em tempo real, através da internet.

4.6. REDES PEDONAIS

O Governo tem vindo a criar condições favoráveis à melhoria do sistema pedonal sem barreiras físicas, nomeadamente através do recurso a elevadores e escadas rolantes para

resolver as questões de ligação entre as zonas altas e baixas, do aperfeiçoamento das actuais instalações pedonais, bem como da criação de um novo sistema para aperfeiçoar e embelezar o espaço público das zonas adjacentes, fazer a ligação das vias dos diversos bairros com as vias principais e reduzir a distância dos percursos pedonais, incentivando as deslocações a pé e amigas do ambiente.

Foi concluída a avaliação do impacto ambiental e a concepção preliminar da empreitada do túnel da Guia, dando-se início ao processo de obtenção de propostas.

Será concluída, em breve, a construção da travessia pedonal sobre a Avenida do Comendador Ho Yin, na Ilha Verde, que liga o Posto Fronteiriço de Qingmao e o antigo Centro de Inspeções de Veículos Automóveis.

Será construída uma travessia pedonal ao longo da Avenida de Guimarães, na Taipa, que abrangerá a Rua de Nam Keng, a Rua de Coimbra, a Rua de Seng Tou, a Rua de Bragança e a Rotunda do Estádio, interligando a estação do metro ligeiro através da Avenida do Estádio, por forma a criar um ambiente pedonal conveniente para os moradores desta zona, servindo de elo de ligação às escolas envolventes, à Estação do Estádio, e outros equipamentos comunitários existentes. Esta travessia consubstancia uma forma de deslocação segura para atravessar a Avenida de Guimarães. Paralelamente, a requalificação das vias, o reordenamento da Rotunda do Estádio e a optimização do ambiente pedonal envolvente contribui para facilitar a mobilidade na zona. A primeira fase da travessia já entrou em funcionamento, coincidindo com a entrada em funcionamento do Metro Ligeiro, encontrando-se em curso as restantes obras.

4.7. METRO LIGEIRO

Com a entrada em funcionamento da Linha da Taipa, a DSAT procede continuamente à análise dos dados relativos à respectiva utilização pelos passageiros, efectuando atempadamente os devidos ajustes das carreiras e paragens de autocarros, como é exemplo a entrada em funcionamento da paragem de autocarros da Estrada Governador Albano de Oliveira, no rés-do-chão da Estação do Jockey Club.

Foi iniciado o estudo da Linha Leste, que terá um comprimento total de 7,8 quilómetros, com ponto de partida nas Portas de Cerco, seguindo pelo túnel da zona costeira para entrar no norte da Zona A e sair na parte sul, de forma a atravessar o mar para entrar na Zona E, fazendo, assim, a ligação com a Linha da Taipa, através do seu segmento de extensão e do viaduto.

Serão iniciados, em 2020, os trabalhos de consulta pública sobre a Linha Leste, bem como a divulgação pública da avaliação do impacto ambiental, de acordo com o previsto nas leis nacionais. Concluídos os relatórios de avaliação do impacto ambiental e de utilização das áreas marítimas, estes serão submetidos ao Governo Central para aprovação.

5. PROTECÇÃO AMBIENTAL

5.1. PLANEAMENTO

Este ano, a DSPA realizará uma avaliação da execução do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010–2020).

A versão preliminar do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2021–2025) será concluída este ano, definindo-se os planos de acção e indicadores até ao final de 2020.

O Governo da RAEM irá também, através de diversas acções de educação ambiental, reforçar a promoção de um ambiente verde nos bairros comunitários. A DSPA irá ter a “Redução de resíduos, Reciclagem” como o foco dos trabalhos de educação ambiental para este ano, para além de continuar a adoptar o “Plano de Parceria Eco-Escolas” e a abertura de marcação de visitas às instalações de reciclagem, com vista a aumentar a consciência dos alunos sobre a protecção ambiental. Este ano, será desenvolvido o trabalho de divulgação da legislação sobre a “Limitação do Fornecimento de Sacos de Plástico”. Por outro lado, a Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água (DSAMA) e o Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético (GDSE) irão continuar a organizar diversas actividades e planos para a poupança de água e conservação energética e para sensibilizar a população, através da plataforma *online*, para a valorização e aproveitamento dos recursos.

5.2. RESÍDUOS SÓLIDOS

O Governo da RAEM concluirá o regime de gestão de resíduos de materiais de construção e os trabalhos legislativos relacionados.

Dar-se-á início à investigação sobre os microplásticos em Macau e a um estudo sobre as estratégias de resposta.

Dar-se-á início à empreitada de despejo e transporte das lamas marinhas no Aterro para Resíduos de Materiais de Construção.

Concluir-se-á a melhoria das características geotécnicas dos estaleiros de obra da empreitada de concepção e construção da primeira fase das instalações de triagem de materiais inertes resultantes de demolições e construções e as obras de concepção e edificação das instalações para pré-tratamento de veículos velhos e obsoletos.

A DSPA concluirá a adjudicação da empreitada de expansão da Central de Incineração de Resíduos Sólidos.

Alargar-se-á o apoio financeiro ao sector de recolha de resíduos para a aquisição de cerca de 30 equipamentos e veículos.

A DSPA procedeu sucessivamente às respectivas medidas:

Lançou o Programa de Reciclagem de Equipamentos Electrónicos e Eléctricos;

Lançou o programa “Reciclar em edifícios é muito fácil” para a colocação de contentores de recolha selectiva nos edifícios, incentivando à reciclagem e expandindo progressivamente a rede de reciclagem.

Além disso, instalar-se-ão mais 30 máquinas de recolha de garrafas de plástico e a DSPA continuará a colocar dispensadores de água nas instalações públicas, prevendo-se que sejam instalados mais cerca de 30 este ano.

5.3. ÁGUAS RESIDUAIS

A DSPA continuará a desenvolver e a aperfeiçoar as instalações da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau e concluir-se-á o aperfeiçoamento das instalações existentes e das instalações principais de tratamento de águas residuais com recurso à tecnologia de tratamento primário quimicamente assistido, bem como a instalação da maioria dos equipamentos electromecânicos principais.

Concluir-se-á a concepção preliminar da modernização da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Coloane e os estudos geotécnicos em causa.

Concluir-se-á a elaboração dos documentos para o processo de obtenção de propostas relativas às obras de construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais na Zona de Administração de Macau, na Ilha Fronteira Artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

5.4. CONSERVAÇÃO ENERGÉTICA E RECICLAGEM DE RESÍDUOS ALIMENTARES

Até finais de 2020, serão substituídas cerca de metade das lâmpadas das ruas de Macau por LED.

Prevê-se a entrada em processo legislativo, este ano, do regulamento administrativo sobre o plano de apoio financeiro à aquisição de equipamentos de tratamento de resíduos alimentares sólidos.

Concluir-se-á o desenho preliminar das instalações de tratamento centralizado de resíduos alimentares.

5.5. MELHORIA DA QUALIDADE DO AR

Para aperfeiçoar os padrões de qualidade do ar de Macau, o Governo da RAEM irá elevar o nível até ao objectivo intermédio-2 dos padrões de qualidade do ar definidos pela Organização Mundial da Saúde.

A DSPA concluirá a proposta de alteração do despacho do Chefe do Executivo relativo às normas de emissão de gases de escape de veículos em circulação.

Prevê-se a entrada em processo legislativo, este ano, do regulamento administrativo referente aos limites de emissão de fumos oleosos dos estabelecimentos de restauração.

Prevê-se a entrada em processo legislativo, até ao final do ano, do regulamento administrativo relativo aos limites de emissão de poluentes atmosféricos das fábricas de betão.

Irá proceder-se à recolha de informação na fase inicial do estudo sobre os compostos orgânicos voláteis e proceder-se-á à investigação e estudo sobre as tintas de construção civil.

5.6. RESPOSTA A FENÓMENOS METEOROLÓGICOS EXTREMOS

Em resposta a fenómenos meteorológicos extremos que possam vir a ocorrer com mais frequência, a Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos continuará a otimizar e a actualizar a rede e o sistema operacional para fortalecer a capacidade de observação, previsão e alerta antecipado.

Concluir-se-á a revisão do sinal de chuva intensa.

Será adicionada uma estação de monitorização do nível da água e uma estação meteorológica, bem como será instalado um sistema de avaliação integral de tempestades tropicais e "Storm Surge".

Serão otimizados, no final de 2020, os meios de anúncio e os critérios do sistema de aviso de tempo quente e frio.

Para responder com mais eficácia a catástrofes naturais, tais como sismos e tsunamis, o novo sistema de análise e previsão importado pela DSMG entrará em funcionamento em finais de 2020, reforçando as capacidades de verificação e alerta antecipado de sismos e tsunamis, e serão otimizados, este ano, os critérios de comunicação e as informações do Plano Geral de Protecção Civil, bem como os mecanismos de verificação e aviso antecipado de desastres naturais, particularmente, de sismos e tsunamis, através da cooperação regional e da partilha de dados.

6. GESTÃO DE FORNECIMENTO PÚBLICO

6.1. FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE

O Governo continua a procurar, nos bairros antigos, espaços públicos adequados para a construção de novas instalações de distribuição de electricidade. Por outro lado, continuam a ser promovidos os projectos para a criação de postos de transformação junto de pontos de recolha de resíduos.

Serão promovidas as obras de construção da terceira interligação de transmissão eléctrica de alta tensão e do posto de transmissão eléctrica.

6.2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O Governo da RAEM irá promover a obra de ampliação da Barragem de Ká-Hó.

Prevê-se que a obra de construção da Estação de Tratamento de Água em Seac Pai Van seja concluída antes do final de 2020.

Com base no Acordo de Fornecimento de Água Guangdong-Macau, o preço da água bruta a fornecer por Guangdong a Macau, de 2020 a 2022, será actualizado com base na fórmula definida, prevendo-se que o mesmo seja determinado em meados de 2020.

Rever-se-ão os critérios e normas de qualidade da água potável, estabelecidos no anexo do Regulamento de Águas e de Drenagem de Águas Residuais de Macau.

6.3. SERVIÇOS POSTAIS E TELECOMUNICAÇÕES

A Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações irá concluir a elaboração das propostas do Regime de Convergência de Redes e Serviços de Telecomunicações e do Regime das Radiocomunicações, promovendo-se os respectivos trabalhos de processo legislativo. Irá também proceder à Revisão Intercalar do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações.

6.4. GESTÃO DE REDES

Para responder à procura da sociedade e para conjugar com o objectivo de desenvolvimento de uma cidade de turismo e lazer, o Governo da RAEM irá continuar a promover a integração de mais entidades no projecto “FreeWiFi.MO”, no sentido de alargar a cobertura do serviço gratuito Wi-Fi.

De acordo com a Lei da Cibersegurança e os regulamentos administrativos relacionados, a Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações, enquanto parte integrante do Centro de Alerta e Resposta a Incidentes de Cibersegurança, irá desempenhar as suas funções neste âmbito e cooperar com os serviços envolvidos, de forma a evitar ou reduzir o impacto causado por incidentes de cibersegurança.

6.5. FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL

O GDSE irá, em coordenação com a concessionária, dar início ao estudo sobre a construção do segundo gasoduto de fornecimento de gás em alta pressão, entre o Interior da China e Macau, de forma a garantir a estabilidade do fornecimento de gás a longo prazo.

Será concluída a revisão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Importação e Transporte de Gás Natural, em prol da definição da forma de fornecimento de gás e do mecanismo de preços.

CONCLUSÃO

As metas estão traçadas e o caminho para as cumprir está trilhado. Iniciamos este novo ciclo com a consciência da importância da continuidade e da estabilidade das políticas e da necessidade de as adaptar também aos novos desafios e tendências do desenvolvimento.

Para cumprir eficazmente os objectivos a que nos propomos, será necessário, por um lado, trabalhar em conjugação de esforços e sinergias com diferentes sectores da sociedade e, por outro, introduzir mudanças necessárias no funcionamento dos serviços, de modo a reforçar a sua capacidade de trabalho.

Através de um melhor planeamento, de uma maior coordenação, pretende-se elevar o nível de governação, a eficiência dos trabalhos, bem como reforçar a consciência da responsabilidade de estar ao serviço da população e garantir uma aplicação adequada e racional do erário público. O facto de se verificar, a título exemplificativo, uma nítida melhoria no cumprimento do prazo de conclusão e do orçamento previstos para as obras públicas com valor superior a 100 milhões de patacas demonstra que a média do atraso e das despesas em excesso está numa escala admissível. Estas informações estão disponíveis para consulta do público, sendo permanentemente actualizadas nas páginas electrónicas dos serviços competentes.

Os serviços prestados à população serão, assim, melhorados, com uma aposta cada vez mais forte nas novas tecnologias, em linha com a política de construção de uma cidade inteligente e no âmbito dos trabalhos do governo electrónico, ao mesmo tempo que se promoverá a simplificação de procedimentos e a alteração da estrutura e do modo de funcionamento dos serviços nos quais tal se revelar premente, bem como o constante aperfeiçoamento do quadro legal.

Nas áreas sob a gestão desta tutela, o trabalho terá em vista o desenvolvimento local e a integração na conjuntura do desenvolvimento nacional. Há que acompanhar o ritmo de evolução da região onde estamos inseridos, porque o futuro de Macau está intrinsecamente associado a ela. Procuraremos, assim, tirar o máximo partido das oportunidades que derivam das estratégias e políticas nacionais, trabalhando em conjunto com as regiões vizinhas, em prol de vantagens mútuas e do cumprimento dos desígnios da RAEM na nova Era de progresso do país.